



048ª CUTHAB 17DEZ2024

Pauta: Problemas enfrentados pela Vila dos Pescadores, referente ao processo judicial.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): (10h19min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Eu quero, mais uma vez, desejar um bom dia a todos e todas. Mais uma vez também preciso me apresentar: sou Ver. Giovani Culau, fui, ao longo de 2024, presidente aqui da nossa Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação da Câmara de Porto Alegre. A gente chega hoje – e eu comentava aqui diretamente à comunidade, Byl – na última reunião da CUTHAB em 2024, e estamos encerrando, Ver.^a Karen, o ano de 2024 da mesma forma como começamos: com a sala cheia, com a Câmara lotada. Nós começamos o nosso trabalho debatendo e trazendo para cá a discussão sobre como preparar Porto Alegre para a nova realidade climática em que vivemos. Hoje, nos reunimos para discutir uma pauta sugerida, apresentada pelo Ver. Giovane Byl, que diz respeito a uma comunidade histórica, tradicional na cidade de Porto Alegre, a Vila dos Pescadores. Essa vila que tem sua origem vinculada à história da enchente de 1941 em nossa cidade, uma comunidade que foi, mais uma vez, vitimada, como tantas comunidades em Porto Alegre, pela

enchente que a gente viveu ao longo de maio e junho deste ano. Mas é também uma comunidade que, na minha interpretação e na minha opinião, foi vitimada por uma decisão judicial, a partir de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público, que não ouviu e não escutou a comunidade. A comunidade sequer foi citada, e nós não podemos admitir que a vida das pessoas seja arbitrada sem a participação daqueles e daquelas que são impactados por qualquer decisão, seja do poder público, seja do Judiciário.

Então, acho que esta é uma reunião de extrema relevância. Nós temos uma decisão já tomada pelo Judiciário, o que significa que a nossa luta exige muito de nós: exige unidade, exige combatividade, exige auto-organização da comunidade. Muitas vezes, quando nos encontramos aqui na CUTHAB, também temos uma relação de opinião divergente com a Prefeitura. Mas, no caso aqui, há uma sinalização, por parte da Prefeitura, de diálogo com a comunidade para construir o Reurb e as medidas necessárias para que a comunidade possa permanecer no local. Acho que, hoje, este é um momento de debate, de organização dos próximos passos da luta.

Eu queria convidar para compor a Mesa o secretário André Machado, secretário de Habitação do Município, e também o Nelson Marisco, que representa a Procuradoria-Geral do Município. Está chegando aqui na CUTHAB a representação da Defensoria Pública, por meio do seu núcleo de habitação, com o Dr. Rafael. Eu já havia citado a presença do deputado Matheus Gomes, e quero te convidar para compor a Mesa no período em que puderes participar da reunião, Matheus, porque sei que tu tens compromisso na Assembleia.

A gente já tem aqui a presença do Ver. Prof. Vitorino, do Ver. José Freitas, da Ver.^a Karen Santos e do Ver. Cassiá, que compõem a nossa Comissão de Habitação. Mas eu queria passar a palavra para o Ver. Giovane Byl, que é da CCJ, e foi o proponente da nossa pauta de hoje, para dar início aos trabalhos. Gostaria de combinar uma metodologia, Byl, em que, depois da sua fala, pudéssemos ter duas manifestações da comunidade para colocar o debate na mesa aqui na nossa reunião. Depois, teríamos as manifestações do poder

público, da PGM e também da Defensoria e, evidentemente, os vereadores têm a palavra à disposição a qualquer momento.

Podemos combinar assim, vereadores? Então, já passo de imediato, e, mais uma vez, desejo boas-vindas à Vila dos Pescadores. A gente sabe que a Câmara, muitas vezes, é distante do nosso cotidiano. Tenho certeza de que quem está aqui talvez esteja pela primeira vez na Câmara, e isso é uma coisa que me satisfaz, poder imaginar que a comissão, a CUTHAB, por vezes, é a porta de entrada da comunidade na Câmara. Dizem que aqui é a Casa do Povo, mas, muitas vezes, o povo é destrutado neste espaço. Por isso, poder fazer com que este seja um espaço de debate e que o nosso povo seja bem recebido nos faz sentir que cumprimos nossa missão com a nossa presença aqui. Então, boas-vindas, contem com a gente para a luta. Viva a Vila dos Pescadores! Muito obrigado, gente.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Bom dia, presidente, Ver. Giovani Culau, a quem quero aqui externar a minha gratidão, por, de imediato, assim que a gente fez o pedido, toda a assessoria, através do Anderson, colocar-se à disposição. Mesmo tendo pautas importantes na comissão, ela entendeu a importância desse pedido da Vila dos Pescadores. Quero agradecer ao Ver. Vitorino, ao Ver. José Freitas, ao Ver. Cassiá e à Ver.^a Karen por entenderem a relevância, a importância e a urgência de receber a Vila dos Pescadores aqui. Agradeço também a presença do deputado Matheus, que reforça e endossa essa luta. E, Giovani, acho que tu foste muito assertivo na tua colocação. Quero ser breve, porque quero ouvir a comunidade, mas quero dizer aos meus amigos da Vila dos Pescadores que, dentro desse processo – e aqui está a Prefeitura, está o Executivo –, vimos, mais uma vez, o preconceito contra os moradores de periferia da cidade de Porto Alegre. Por quê? Porque, dentro do processo, eles não quiseram ouvir o povo. O povo não foi ouvido, o povo não foi escutado, o povo sequer teve representatividade dentro do processo. Então, o Ministério Público e o Judiciário agiram com o nosso povo vendo números, dados, e não

olharam nos olhos de cada morador que está aqui, não entenderam e não respeitaram a história da Vila dos Pescadores.

Então, acho que, para a comunidade que recebeu essa notícia fatídica, secretário André, de uma maneira muito traumática – porque não foi a comunidade inteira que ouviu, foi uma comissão –, estar hoje aqui, Vila dos Pescadores, representa que vocês são sujeitos de direito e merecem ser ouvidos. Parabéns pela participação de vocês. Vamos fazer daqui... Tenho certeza de que ninguém queria encerrar o ano com essa notícia, com essa situação, mas vocês são um povo guerreiro. E, com essa fé, com essa força, nós vamos resistir. A palavra é resistir. Desejo uma boa reunião para todos, e vamos com fé em Deus e com confiança no trabalho dos colegas.

Também quero dizer aos colegas vereadores que temos alguns encaminhamentos aqui, Ver. Giovani, que a gente gostaria que, ao final, fossem encaminhados. Nós protocolamos um projeto que declara a Vila dos Pescadores como patrimônio cultural e imaterial do Município de Porto Alegre, pelo seu histórico, pela sua tradição. Já abrimos um bloco para assinatura, para os demais vereadores assinarem conosco esse projeto.

Também queremos tornar a área uma zona de interesse social e discutir, no Plano Diretor, as diretrizes que se têm para a área da Vila dos Pescadores. Nós vamos contar muito com a ajuda dos colegas aqui, para a gente estar fazendo essa frente, mediante a decisão do Judiciário que foi tomada. Então, muito obrigado. Vamos adiante. Boa reunião para todos.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU e COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Ver. Giovane Byl. Como nós combinamos, eu queria chamar para a Mesa os moradores, Vinícius da Silva e Márcio Fernando, que vão fazer as duas primeiras manifestações em nome da comunidade. Depois, nós vamos estender a palavra aos vereadores, para os que compõem a Mesa, e ainda, a comunidade terá oportunidade de novas manifestações. Eu gostaria de sugerir que o Vinícius da Silva pudesse ser o primeiro, com a primeira manifestação em nome da comunidade.

SR. VINÍCIUS KECHENSKI DA SILVA: Primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar presente aqui na Câmara de Vereadores. Sou morador da Vila dos Pescadores há cerca de dois anos, e, nesta ocasião, aproveito para cumprimentar todos os presentes, Exmos. Srs. Vereadores, Procuradoria-Geral do Município, DEMHAB e demais presentes, especialmente os moradores da Vila dos Pescadores. Inclusive, cumprimento aqueles moradores que não puderam se fazer presentes, mas que, onde quer que estejam, estão atentos aos acontecimentos e torcem pelo futuro da comunidade. O ano de 2024 colocou à prova a resistência e a resiliência da comunidade da Vila dos Pescadores. Em maio, enfrentamos a maior cheia da história do Rio Guaíba, ocasião em que muitas famílias tiveram suas casas inundadas e ficaram desabrigadas, assim como tiveram enormes prejuízos de ordem financeira. Não bastasse isso, recentemente, a comunidade foi surpreendida com a ciência da existência de decisão judicial que condena o Município a promover a remoção da vila. A mencionada decisão é baseada nas diretrizes urbanísticas para a orla do Guaíba, no Município de Porto Alegre, integrante do programa Guaíba Vive, no qual consta o diagnóstico de total remoção da comunidade, sob fundamentação de que esta ocupa o leito projetado para a duplicação da Av. Guaíba. Assim como também fundamenta, com base em suposta obstrução da visão e acesso à praia, além de prejuízos ao meio ambiente relacionados ao lançamento de esgoto no Rio Guaíba. Nesse sentido, busca-se, no debate político, uma alternativa para a permanência e regularização da Vila dos Pescadores, pois é inviável a duplicação da Av. Guaíba e plenamente sanáveis eventuais problemas relacionados à obstrução de visão e acesso à praia, bem como aqueles relacionados à poluição do meio ambiente. Para tanto, a Vila dos Pescadores se coloca inteiramente disposta ao debate nesta Câmara Legislativa, assim como perante o Poder Executivo Municipal, a fim de que sejam promovidos os mais diversos tipos de estudos técnicos que indiquem a possibilidade de permanência das famílias que ocupam a região. É de suma importância destacar que a Vila dos Pescadores faz parte da história de Porto

Alegre, e sua ocupação remonta à época da enchente de 1941, oportunidade em que habitantes das ilhas foram assentados na região por meio da Prefeitura. Ainda menciono que na região da comunidade atracavam balsas que promoviam a travessia de Porto Alegre para Guaíba, ligando a capital com a região sul do Estado. Também é necessário destacar, ainda na parte histórica, que, no caso da Vila Assunção, aportavam barcos que conduziam presos políticos para a Ilha do Presídio, no período da ditadura militar, indo e voltando para interrogatórios e sessões de tortura, entre os anos de 1964 e 1972. Por todo o exposto, a comunidade da Vila dos Pescadores reitera o seu compromisso com o diálogo, acreditando ser possível a permanência e regularização, dando ênfase no seu caráter histórico-cultural, assim como buscando a solução para a questão ambiental. O momento é de união, sendo fundamental que as diferenças sejam deixadas de lado em prol do bem comum, qual seja: a permanência e regularização da comunidade. Também é momento de união dos mais diversos espectros e ideologias políticas, a fim de que possamos trilhar o futuro da Vila dos Pescadores no mesmo local em que existe há mais de 80 anos. Que o dia de hoje seja lembrado como um marco histórico da comunidade, e que tão logo os moradores possam, orgulhosos, receber as matrículas dos seus imóveis e desfrutar dos benefícios da regularização. Sabemos que o trabalho é árduo, estamos cientes das dificuldades que enfrentaremos, mas não desistiremos, pois a nossa luta é justa. São essas as minhas considerações.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU e COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Vinícius, pela tua fala. Enquanto te ouvia, eu pensava que as diretrizes urbanísticas são a justificativa para uma decisão judicial que vitima a comunidade. Mas essas mesmas diretrizes urbanísticas são relativizadas quando atendem os interesses das elites de Porto Alegre. Por isso que essa é uma luta importante e, como o Ver. Giovane Byl falava, permeada de preconceito com o nosso povo trabalhador e mais pobre da cidade. Não dá para diretriz urbanística ser relativizada quando é para elite e ser tratada dessa forma quando impacta uma comunidade histórica como a Vila dos Pescadores. Muito obrigado

pela tua manifestação. Mais uma vez, quero agradecer a presença do deputado Matheus Gomes, que terá que seguir com seus compromissos na Assembleia. Passar a palavra para o Márcio Fernando, dando sequência às manifestações da comunidade. Antes da tua manifestação, Márcio, só aproveitar para chamar o Luiz Gomes, que é representante da região de planejamento do Plano Diretor 6, que compreende a comunidade, para compor a Mesa aqui conosco. Pode sentar aqui ao lado da vereadora. Márcio, a palavra está contigo.

SR. MÁRCIO FERNANDO: Sras. e Srs. Vereadores, secretários, procurador, comunidade dos pescadores, muito tratei de pensar sobre o que gostaria de expor aos senhores para que pudessem se sensibilizar. Porém, olhando essas pessoas humildes, pessoas que têm tradição e história, que consideram que um tijolo, um pedaço de telha, é muito mais que um bem material, são anos de sacrifício, anos de identidade, é uma identificação e uma raiz com o Rio Guaíba. Da mesma forma como a cidade nasceu com os pescadores açorianos, a Zona Sul de Porto Alegre foi criada por eles. Eles deixaram um legado histórico de geração em geração, unindo diversas etnias e credos. Eu sou judeu, há católicos, evangélicos, a minha vizinha é de religião afro, e todos nós vivemos em harmonia, não há conflito. Eu moro na vila, reformo a minha casa e comando também o Corpo de Bombeiros da Zona Sul. Meu quartel fica sediado na comunidade, então, eu, mais do que ninguém, conheço as mazelas... Aliás, não mais, porque eles se criaram no rio, eles me ensinam, eu, como bombeiro, a conhecer o rio Guaíba, e eu tenho humildade disso, porque são pessoas que têm a mão calejada de tanto amarrar a rede, de tirar o bagre, o pintado, usar o espinhel, de geração em geração. E vai ser apresentado, no encerramento dos trabalhos, se assim permitirem, um vídeo do depoimento dos mais antigos, mostrando a identidade, inclusive, um relato de uma moradora, cujo irmão nasceu dentro do barco, durante a pescaria, tamanha a identidade do rio. Portanto, poderia falar da questão de 1941, quando o prefeito Loureiro da Silva trouxe o pessoal para lá; diferente de tantas ocupações ali, foi o poder municipal que levou os moradores para lá. “Venham para cá, fiquem aqui, porque eu não

tenho condição de assentar na ilha. Então, venham para cá.” Em 1941, a primeira geração se encontra, em relatos, e aqui confirmam isso. Ao longo do tempo, a economia acabou migrando, a pesca acabou sendo mais competitiva e perdeu o preço, em meados dos anos 1980, mas até essa época, a Zona Sul era motivada por eles, eles tiveram um papel fundamental. E, ao mesmo tempo, há uma confusão, então, entre o que é o patrimônio material e imaterial, e isso é natural, porque não é uma vila de 10 anos, 5 anos, 15, 20, são 83 anos. Estamos indo para 90 anos. O que está nos impedindo hoje? No nosso posicionamento, uma ação que quer retirar essas pessoas, porque as considera nocivas. Não são minhas palavras, vereador. Se o senhor permitir, foi muito bem mencionado pelo colega Vinícius a fala do GT Orla, e eu fiz questão de retirar dos autos a fala do GT Orla para o coordenador: “Este também é o caso do assentamento irregular em questão Vila dos Pescadores, considerada pelo referido trabalho [GT Orla], como nocivo e de remoção necessária, devido a inúmeros inconvenientes urbanos.” Essas palavras, para mim, estão transformando pessoas idosas, pessoas que já faleceram na vila... Ah, e mais, nós temos certidões de nascimento de pessoas que nasceram com parteiras na Av. Guaíba. Então, toda essa história, essa ligação profunda com o rio Guaíba, com a cidade de Porto Alegre, está se transformando em fato nocivo e inconveniente, algo descartado. E a comunidade, sabendo disso, pela primeira vez teve condições de ser ouvida, em peso, como comunidade, como família, em horário comercial, horário em que as pessoas simples estão lá labutando, muitos dos quais aqui representados. Estamos demonstrando que nós temos voz, que nós existimos, e que Porto Alegre agora, e o poder público de todas as esferas, tem um posicionamento. Chegou o momento, em 83 anos, de se posicionar, como órgão público que respeita o patrimônio material e imaterial, como o Ver. Byl muito bem propôs, e rogamos que a Câmara... E aqui é fantástico ver a união do Poder Executivo, do Legislativo, seja situação ou posição, porque são vidas, e acaba com o estereótipo político de compreender que aqui todos estamos em prol do bem público, dessa geração, da que passou e da que vai permanecer, e agradecer profundamente por esse espaço. Ver o rosto dessas pessoas que tanto se

identificam com a comunidade para dizermos que não somos descartáveis. Portanto, nesse momento, precisamos do posicionamento de quem realmente se preocupa com vidas, com patrimônio, ou, infelizmente, com situações em que as pessoas são descartáveis. É isso que hoje estamos aqui dizendo, que não somos descartáveis e que temos uma vinculação histórica com a cidade de Porto Alegre e com o rio Guaíba. Muito obrigado, senhoras. (Palmas.)

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A gente que agradece, Márcio. Eu quero aceitar aqui a sugestão do Ver. Giovane Byl e convidar a Sra. Dilci, que nos recebeu tão calorosamente aqui hoje, para também fazer uma manifestação em nome da comunidade, em nome do grupo de maturidade da comunidade de idosos e idosas. Tenho certeza que toda comissão vai receber muito bem a sua fala. Dilci, seja bem-vinda. (Palmas)

SRA. DILCIOMAR RODRIGUES: Senhores que compõem a mesa, todos aqui, minha família da Vila dos Pescadores, que eu adotei e me adotaram. O que eu posso dizer é o seguinte: sou mãe, sou avó, minha filha mora há 34 anos ali e minha neta nasceu ali. Minha neta já é psicóloga, então vão ver que não é nenhum bebê. O que eu vejo naquela comunidade, senhores? Eu me dirijo em especial ao representante do Ministério Público. Onde ele está? Não compareceu. É muito fácil, e é por isso que eu perguntei, fazer em três ou quatro linhas uma sentença para dezenas de pessoas e depois não comparecer. E foram convidados, não foram? O que isso representa? Desrespeito, falta de compaixão. São pessoas que ficam no gabinete e nem sabem quem mora na Vila dos Pescadores. O que eu peço aos senhores... E aqui está representada a nossa Prefeitura, nossa Câmara de Vereadores, que realmente nos acolheu com muito carinho, na Assembleia também fomos acolhidos com muito carinho. No dia em que o advogado que está ali, representando a Prefeitura – como é o seu nome, que eu nunca lembro? –, nos deu a notícia, ele estava mais constrangido que nós, só não estava tão chocado quanto nós. Eu jamais vou esquecer aquela manhã. E quando eu me revoltei, o senhor tentou me acalmar e dizer que

podíamos recorrer. E nós estamos aqui pedindo, mas pedindo mesmo, porque imaginem pessoas de idade como eu, dezenas que têm lá, terem que refazer a vida. É mentira, é muito difícil, é impossível. E como foi dito pelo Sr. Márcio, em cada tijolinho dali vai um pouco de amor. Tem gente que levou 10 anos, 15 anos para ter uma casa, e aí uma sentença fala: “Como é que podem ter uma casa? Como é que podem ter um carro?” Mas pobre também sabe administrar seu dinheiro! Pobre também tem direito de conseguir o que é seu! E é esse direito que nós estamos aqui lutando por ele. Muito obrigada pelos senhores, porque eu tenho certeza que daqui... cada vereador representa comunidades de Porto Alegre. Os senhores têm família, os senhores têm filhos, os senhores têm avós, têm tios, e sabem como é difícil conseguir alguma coisa. E não é possível que três linhas terminem com tudo isso. Obrigada pela oportunidade. Nós não vamos parar, nós não vamos desistir, não é isso, gente?! Nós não vamos desistir! (Palmas.) E precisamos dos senhores que sejam muito bem iluminados para nos defenderem. Obrigada, obrigada, obrigada. Velha conversa demais. Mas lembrem: leão velho, leoa velha, sem dente – porque eu tenho 78 anos – ruge e incomoda.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Sra. Dilci, a gente que agradece inúmeras vezes a oportunidade de te ouvir, e, ao te ouvir, a gente reconstitui também a memória dessas décadas de história da Vila dos Pescadores, que marcam também a história da cidade.

Eu quero registrar a presença, que já acompanha a mesa, do Dr. Rafael, que representa a Defensoria Pública. Eu quero passar a palavra, então, para o Luiz Gomes, que representa aqui a RP6. Chega agora, na nossa reunião da Comissão, o Ver. Márcio Bins Ely, seja bem-vindo, integrante também da CCJ. E quero combinar contigo, Giovane Byl, vamos ouvir, então, agora o Luiz Gomes, da RP6, e depois tu passa a palavra também às representações do Poder Público, à Defensoria, para que a gente compartilhe aqui a condução da nossa reunião hoje. Fique à vontade.

SR. LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES: Bom dia, vereador, bom dia, demais vereadores e representantes do Município, o André, o Dr. Marisco, e, principalmente, um bom-dia para os moradores ameaçados da Vila dos Pescadores. Vereador, eu queria deixar registrada uma coisa: a descrição no processo lá do GT é absurdamente, urbanisticamente preconceituosa, porque nós estamos com uma comunidade num lugar de ocupação intensiva, ou seja, pode morar lá, é ocupação intensiva, é uma área de interesse cultural, você pode ter um regime urbanístico especial, e geralmente, quando a gente trabalha com isso, a gente faz o regime urbanístico de acordo com as necessidades do que está ali. E outras coisas que, daí, a regularização fundiária, o Reurb, nos possibilitou nessa evolução, inclusive resolvendo questões ambientais que a legislação normal federal nos causava um problema, ou seja, os moradores moram num lugar onde pode-se morar. As questões que são levantadas naquele relatório preconceituoso são todas altamente superáveis. Questão de esgoto se faz tecnicamente, se resolve; questão de mobilidade se resolve; todas as questões que estão ali colocadas se resolvem. E, principalmente, uma coisa que eu quero dizer para os senhores, que pesou bastante no relatório, que teria essa necessidade de duplicar a Av. Guaíba ali. Tem a necessidade a cidade, sim, é de reduzir a Av. Guaíba, e nós, do Conselho de Plano Diretor, que reduzimos, que damos legalidade a isso, e a rua se adaptar à ocupação que tem lá, que é histórica, pelo amor de Deus, 83 anos que uma comunidade está lá. E que foi promovida pelo Município, porque, quando deu a enchente de 1941, o prefeito botou o pessoal ali, que é o pessoal das ilhas, o pessoal de Itapuã. Então, pelo amor de Deus, a cidade é que tem que acolher essa gente, e não o contrário, tem que fazer essa limpeza, higienização, e ser preconceituoso. Nós não estamos mais com o Napoleão, nós não estamos mais com os ditadores da Europa que abriam cidades, botavam patrula e derrubavam tudo, porque as comunidades estavam prejudicando a higiene da cidade. Isso é um absurdo. Então, eu quero dizer, e eu desejo, que a Prefeitura tome uma atitude. O Byl falou uma coisa que eu tenho falado para a comunidade, a questão de estabelecer uma área de interesse especial, social, lá, que é possível. Mas eu

também queria um comprometimento do governo municipal. O governo municipal tem um comprometimento teórico, assim, politicamente ele é a favor e tal, mas eu queria que fosse um pouco mais. Eu queria que o prefeito chamasse os seus secretários, secretário da Habitação, secretário do Urbanismo, lá onde fazem as leis urbanísticas, e essa situação está contemplada no Plano Diretor de Porto Alegre, para criarmos já a redução do gabarito da rua, que pode ser feito, é um projeto, vem para a Câmara, o prefeito sanciona e o Conselho de Plano Diretor vota. E acabar com essa pressão de ter que botar 30 metros, que é o gabarito, lá, pode tranquilamente viver com as duas coisas.

E só para provocar, vocês conhecem algum processo para retirar os bem-nascidos moradores de cima da Av. Guaíba, nos condomínios de luxo da Zona Sul? Meus vizinhos que moram ali na Tristeza, que moram na Vila Conceição, vocês conhecem algum projeto desse? Interessante, não é? Aí a Av. Guaíba virou o pátio desses bem-nascidos, e ali não, ali tem que limpar para ficar bonito para quem passa ali naquela rua.

Então, eu reafirmo o meu compromisso com vocês, que eu estou há cinco, seis anos já lá trabalhando com vocês. O que depender de nós, no Conselho do Plano Diretor, na região de planejamento, pode contar conosco. Certo? Muito obrigado, meu vereador. (Palmas.)

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Muito obrigado, Chico, nosso Conselheiro do Plano Diretor da Região 6. Muito obrigado. Gostaria de passar neste momento, então, a palavra para o nosso secretário de Habitação e Regularização Fundiária do Município de Porto Alegre, secretário André Machado.

SR. ANDRÉ MACHADO: Vereador, bom dia, bom dia a todos. Eu pediria só, antes da minha manifestação, se puder, o Dr. Marisco fazer um apanhado do tema, porque o tema, nós temos aqui total concordância em relação ao mérito dele, mas ele envolve uma questão jurídica que eu acho que é bastante

complicada e é importante que a gente coloque na mesa antes de conseguir dar sequência aos posicionamentos.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Podemos, assim, proceder. Por favor, Dr. Marisco, a palavra está com o senhor.

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: Bom dia a todos. Cumprimento aqui o presidente da Comissão, na pessoa dele, os demais vereadores; cumprimento os colegas aqui de mesa e todos os representantes da comunidade. Esse assunto tem sido tratado já há alguns meses pela Procuradoria-Geral do Município, que, até um dado momento deste ano, estava relativamente tranquila com, vamos dizer assim, o andar do processo, porque estávamos num grupo de discussão, dentro do Ministério Público, que se chama projeto Mediar. E esse grupo de promotores, eles comumente tentam resolver, administrar as situações mais variadas que envolvem o Município de uma forma muito pacífica, eu diria, e possível de ser realizada. Então, como eu falei, eu estava relativamente tranquilo com o andar do processo, no sentido do quê? De regularizar a Vila dos Pescadores, regularizar de forma fundiária, urbanisticamente. É claro que isso – e é importante que a gente faça essa ressalva – não significa dizer que, efetivamente, todas as casas que estão lá naquele local poderiam ser regularizadas. Por quê? Isso depende de estudos técnicos específicos. Mas, como eu falei, isso estava sendo discutido com o Ministério Público para o fim de regularizar a Vila dos Pescadores. Acontece que, mês passado, nós fomos chamados por eles, pelo Ministério Público, que nos surpreendeu com a informação de que não haveria acordo, não haveria a possibilidade de acordo, e que isso seria uma posição do Ministério Público. Isso nos surpreendeu muito, nos chateou, nos incomodou, é claro. E saímos dali, inclusive, com duas incumbências; a primeira delas comunicar o prefeito e, posteriormente, a comunidade o que foi feito recentemente, semana passada, se eu não me engano. Mas, falando do processo propriamente dito, então existe essa condenação da ação movida pelo Ministério Público contra o Município de

Porto Alegre para que haja o reassentamento total da Vila dos Pescadores. O que eu gostaria de falar para os senhores, como representante da Procuradoria-Geral do Município, dessa área que envolve o urbanismo e o meio ambiente, é que o Município ainda não desistiu do processo. Nós vamos continuar lutando. Por quê? Em que pese o Ministério Público já ter pedido, recentemente, o cumprimento da sentença, ou seja, que haja o início das medidas pelo Município para cadastramento e posterior reassentamento, há a possibilidade de o Município, um, impugnar esse cumprimento de sentença. E por que eu falo isso? Porque, analisando o caso, eu verifico que houve uma sentença que estabeleceu a possibilidade da regularização fundiária naquilo que fosse possível. O Ministério Público não apelou. E, no Tribunal, o Tribunal piorou a situação do Município e da comunidade no sentido de obrigar o reassentamento de todos, dizendo que ali não poderia ficar. E um dos fundamentos, eu acho que é importante, que foi ressaltado aqui na Mesa, e eu quero deixar isso bem claro, é a necessidade de alterar o gravame viário que existe no local, e isso é algo que a Câmara pode fazer. Então, isso é um ponto, porque isso baseia, é um dos fundamentos da sentença do acórdão que eu vou rediscutir. É claro que o âmbito de rediscussão, já no cumprimento de sentença, é difícil, é restrito, mas é possível – não é, Rafael? Rafael é colega da Defensoria Pública. É possível a gente tentar levantar isso de novo. “Olha, a gente quer regularizar aquilo que for possível”. De novo, não estou dizendo que vão ser todas as casas regularizadas, talvez as casas que estejam lá embaixo; porque eu tenho cuidado, quem me conhece sabe, eu defendo o Município de Porto Alegre, eu defendo o Município...

SR. CLEBER PEREIRA LOPES: Todos têm que ficar, todos. Da casa 1 até a 175. Todos têm que ficar.

(Manifestações na plateia.)

SR. CLEBER PEREIRA LOPES: O senhor vai interceder por todos!

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: Mas eu não posso dizer isso, porque isso depende de estudos técnicos.

(Manifestações na plateia.)

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: Isso depende de estudos técnicos.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Vamos garantir a fala do nosso... O Ver. Cassiá tem algum questionamento, mas conclua a sua fala. A gente está em um espaço de debate, pessoal. Acho que cada um tem o seu momento de fala. Vamos deixar o Dr. Marisco concluir o seu posicionamento quanto ao Município; depois, tem o período em que a comunidade pode, enfim, se manifestar.

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: Eu não sou político, eu sou jurídico. Existe uma sentença, existe uma condenação. Eu disse que vou impugnar essa condenação no momento oportuno, vou continuar fazendo o trabalho de defesa do Município, que implica a defesa dos moradores. É isso o que eu gostaria de falar.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Bom dia a todos. Dr. Marisco, eu já havia comentado aqui com o proponente dessa ação, o Byl, sobre o gravame. Até havia perguntado para ele e anotei aqui: gravame, Plano Diretor. Dr. Marisco, existe o gravame, então, dessa área? Toda ela, onde vai acontecer essa obra?

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: Existe a previsão de ampliação da via, e essa ampliação implicaria, vamos dizer assim, no aumento da rua e na necessidade de algumas casas saírem.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Eu ia sugerir aqui, pela experiência que a gente tem, e o Dr. Marisco levantou bem, eu estava

preocupado aqui, nós podemos, na Câmara, tirar esse gravame. Nós podemos, como uma emenda de comissão, tirar esse gravame, para não ficar pessoalizado em um vereador. A comissão tem mais força do que nós, individualmente. Então eu sugiro, Byl, que a gente possa, através da comissão, tirar esse gravame naquilo que dá o resguardo à comunidade. Ou seja, é uma forma de debater essa questão. A Câmara tem legitimidade, com projeto de lei. Então, eu sugiro, Presidente Culau, que nós possamos... Eu não vou estar aqui, ou vou estar aqui, não sei ainda, sou suplente, ano que vem eu posso estar aqui de novo, assim como muitos colegas que estão nessa situação, mas independente disso, quero dar a minha contribuição. Eu acho que o mais importante agora é nós tratarmos de tirar esse gravame para ter uma negociação paritária.

SR. LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES: Só para fazer uma pequena observaçãozinha. A rua projetada é uma rua de 30 metros e ela pega, não vou dizer que 50%, mas pega 40% da vila e mais, pega inclusive os bombeiros, pega o quartel lá, vai tudo para o saco.

Tanto que eu sugeri na minha fala logo, e eu vejo isso como uma coisa mais imediata e a boa vontade do Município, concreto, porque o Município é a favor e tal, concretamente até agora, fora os movimentos que o Dr. Marisco tem feito lá. Isso é uma coisa concreta e objetiva, fazer um projeto de um novo gabarito para ali. E se modifica o equipamento comunitário, que é a rua. Muito comum, a gente faz muito isso em Porto Alegre, lá no Conselho de Plano Diretor. Depois ele vai para lá no último lance, lá no Conselho. Obrigado.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Ainda mais que o ano que vem vai ter uma revisão do Plano Diretor. Então, tudo ajuda. Essa é a minha opinião, esse é o meu adendo aqui, acho que tem essa possibilidade de começar um debate com a comunidade sem o gravame estabelecido. No momento que tirar, fica mais fácil de conversar. Obrigado.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Obrigado, Ver. Cassiá. Dr. Marisco, o senhor concluiu suas considerações? (Pausa.) Então, o secretário André.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Antes da manifestação do secretário André, registro a presença do Marcelo Dias, que aqui representa o mandato da deputada Bruna Rodrigues, que ontem recebeu na Assembleia, na Comissão de Direitos Humanos, a comunidade. Muito obrigado, Marcelo.

SR. ANDRÉ MACHADO: Ver. Giovani Culau, Ver. Giovane Byl, a todos os vereadores e vereadoras aqui presentes. Aliás, acho que a comunidade trouxe a relevância desse tema, que nós temos aqui presentes sete vereadores, e é um volume bastante expressivo diante da dimensão dessa questão. Quero saudar toda a comunidade aqui presente, saudar a Defensoria Pública, ao meu colega, Dr. Marisco, que eu reforço aqui, ele falou tecnicamente sobre o tema, que é um tema muito complicado, árduo, e que o Município é réu nesse processo, com efeito sobre as pessoas. Ao Município, se cumprisse a sentença, o custo seria o custo social do que foi feito. As pessoas, é interferência nas suas vidas diretas. Se a gente for buscar a história da Vila dos Pescadores, e trazer para cá uma reflexão nesse sentido, a Vila dos Pescadores nasce com a enchente de 41, e a enchente de 24, que é usada como argumento para que se execute uma sentença, que não é de hoje, é de 2016, vereadores. A sentença não foi dada agora. A sentença, para retirada da comunidade do local, e como disse o Dr. Marisco, ainda nos permitia a possibilidade da regularização, ela é de 2016. Eu lembro que no ano de 2021, estava ouvindo o Tenente Márcio falar agora sobre a oportunidade de a comunidade ser recebida, nós tivemos uma reunião, que eu acredito que uma boa parcela dos representantes da comunidade que estiveram presentes, eu lembro que reencontrei a Dilci lá, depois de 20 e tantos anos que não nos víamos, no Salão Nobre do Paço Municipal, em que a gente discutia a questão da regularização fundiária daquele local e a necessidade de diretrizes que são apontadas pela comissão técnica de acompanhamento à

regularização fundiária, para que se pudesse regularizar as famílias lá. E ainda, junto a isso, e vem ao encontro, Ver. Byl, do projeto que o senhor refere, foi apresentado naquele momento a nós, hoje ainda, pelo secretário Cassio Trogildo e pelo arquiteto Oscar Escher, um projeto que construía uma espécie de passarela ali naquele local, que levava àquele espaço todo um atrativo turístico que a região tem potencial e ainda não explora na sua totalidade. Então, a gente tinha um caminho de reformulação daquele espaço. E eu entendo, quando o Marisco pega e fala, algumas casas poderiam ficar, outras não, esta era a nossa angústia até agora. Porque quando a gente faz um projeto de Reurb, e o que nós queremos lá como Município é regularizar, a Reurb aponta diretrizes que precisam atender normativas legais. E, às vezes, a gente precisa fazer a retirada de uma casa, de duas casas, de três casas. E é sempre o mínimo, obviamente, garantindo atendimento àquelas famílias. A gente não sabe ainda, eu entendo que nós queremos também que fiquem todas as famílias. No entanto, se para a regularização fundiária ser aprovada, a gente precisar fazer algum tipo de ajuste, nós faremos com a comunidade, nunca sem a comunidade; é conversando, é explicando como funciona. A esta comissão, nós já entregamos, em Porto Alegre, nessa gestão, vamos fechar esse ano, aliás, convido os vereadores, se puderem amanhã, lá na Escola Décio Martins Costa, às 18h, na Santo Agostinho, vamos entregar matrículas de regularização da Santo Agostinho, 3.400 e poucos lotes regularizados. E nós queremos que, se possível, a totalidade da Vila dos Pescadores esteja dentro desses lotes. Se não puder, nós vamos discutir com a comunidade quando chegar o momento. Mas a nossa luta agora, e o prefeito teve com o Marisco, junto ao Ministério Público, discutindo, ou seja, essa é uma posição do prefeito, de muito diálogo e de defender a permanência dela naquele local. Aquilo ali faz parte, a comunidade, as casas de vocês fazem parte da história de Porto Alegre. A gente não constrói uma cidade fazendo com que todas as áreas tenham exatamente o mesmo visual, tenham exatamente o mesmo atrativo. Então tem uma questão cultural ali muito forte. O que eu quero dizer é que o prefeito tem trabalhado neste sentido.

Nós estamos, primeiro, trabalhando uma luta que o Marisco colocou aqui e que nós estamos felizes em contar com o apoio dos vereadores, com o apoio da Assembleia, quando houve a reunião na Assembleia, liguei para a deputada Bruna ainda para explicar a posição do Município de Porto Alegre, de que nós queremos, em primeiro lugar, lutar para desfazer a decisão que existe neste momento de cumprimento da sentença e que o Legislativo Municipal possa fazer os encaminhamentos que precisa. Quer dizer, Ver. Giovani, o senhor que é Presidente desta comissão ao longo de todo este ano, foram poucas as vezes que eu consegui estar aqui, normalmente mandei representações do DEMHAB a todas as reuniões em que éramos chamados, mas eu fiz questão de vir aqui hoje - tão logo fui confirmado como secretário de habitação na próxima gestão também -, para deixar bem claro que o Município vai lutar, vai estar, vai caminhar ao lado da comunidade. E se essa, Gomes, questão do traçado viário, da mudança do traçado viário for o caminho, eu não tenho dúvida de que a gente vai contar com o apoio da Prefeitura e vamos trabalhar nesse sentido. Então nós estamos parceiros da comunidade em primeiro lugar, da Câmara depois, para construir as soluções para a permanência das famílias naquele local.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Muito obrigado, secretário André. Eu quero chamar neste momento, dar a fala ao representante da Defensoria Pública, que eu sou suspeito para falar aqui, mas por muitas vezes solicitei ao Dr. Rafael, e nós tivemos êxitos em algumas empreitadas, então, obrigado pela sua presença, Dr. Rafael. E dizer que nós já fizemos contato com a Defensoria Pública e a gente tem uma grande expectativa de conseguir uma parceria, porque, como a comunidade é a terceira interessada do processo e até então não foi ouvida, não foi escutada, então a gente fica muito alegre com a tua presença aqui. A palavra está contigo.

SR. RAFAEL PEDRO MAGAGNIN: Muito obrigado. Bom dia a todos. Obrigado pelas palavras aqui, Ver. Giovane Byl. Saúdo aqui o senhor, o Ver. Giovani Culau também, todos aqui presentes.

Fico muito contente, em nome da Defensoria Pública, pela confiança depositada, vereador, e reforço que nós somos parceiros, já estabelecemos aqui a nossa parceria neste momento, reestabelecemos, dizendo que podem contar com a nossa instituição. Nós aqui, nas palavras também do Dr. Marisco, estamos dispostos a lutar, a usar os mecanismos, os instrumentos jurídicos que estão ao nosso alcance, para que nós possamos questionar essa decisão, para que possamos impugnar, que é o instrumento que se nominaliza aqui, a impugnação ao cumprimento de sentença. E quero também resgatar que a Defensoria Pública vem acompanhando esse processo já, pelo menos, desde quando ele chegou no GT – Grupo de Trabalho, que é o GT do Cejusc – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. O que é o Cejusc, esse GT? Quando nós temos o cumprimento de uma decisão que envolve o reassentamento de uma coletividade de pessoas, nós temos normativas que encaminham esses casos para um grupo de trabalho, e, nesse grupo de trabalho, está o Município, a Defensoria Pública, o Ministério Público. E nós já vínhamos acompanhando essas discussões, vereador e comunidade aqui presente que eu saúdo também, nós já vínhamos acompanhando essas discussões desde quando chegou pela primeira vez neste GT no Cejusc, se eu não me engano, desde 2021. A sentença é de 2016, o processo é de 2011, já tem muito tempo de tramitação. E esse desenrolar vinha caminhando normalmente, tranquilamente pelo Cejusc, inclusive com uma data já marcada também para abril de 2025 para acompanhamento de um cronograma que foi apresentado pelo próprio Município de regularização fundiária, com etapas já bem delineadas, com construção de levantamento planialtimétrico, com a observação de três pontos que vinham sendo destacados ali com maior frequência, que era a questão da segurança dos moradores de novas enchentes, a questão ambiental com os dejetos que eram feitos, disponibilizados ali, e também a questão viária. Mas nesses cronogramas, pelo que eu acompanhei, já tinha toda uma previsão de regularização dessas questões, desses apontamentos. E, para nossa surpresa também, Dr. Marisco, chega uma petição no processo desistindo dessas negociações, informando que não haveria mais interesse e pedindo o

cumprimento daquela decisão de 2016. A partir disso, então, aqui falando tecnicamente, o processo sai deste grupo de discussão, porque o autor da ação, o Ministério Público, solicitou o cumprimento da decisão, então não há mais mediação, não há mais negociação, e o processo volta para o juiz, que é o juiz que estava conduzindo aquele processo. Esse juiz determina que o Ministério Público promova este cumprimento de sentença, o que já foi feito. Então, nós tivemos uma suspensão das negociações que estavam em andamento e que a Defensoria Pública, na defesa dos interesses dos vulneráveis, das pessoas que estão desde 1941 ali – eu acompanhei o histórico do processo –, que já estão em uma situação bastante consolidada, a Defensoria Pública está disposta a unir forças, a ouvir a comunidade, inclusive num dos termos, o colega Dr. Renato, ele inclusive pediu nessas negociações que a comunidade fosse intimada e viesse para as negociações também. Agora queremos dar mais voz ainda à comunidade, somos parceiros, estamos dispostos, a Defensoria Pública está sempre aberta a receber qualquer integrante da comunidade que queira conversar, que queira tirar dúvidas, que queira dialogar e que queira construir também oportunidades de solução adequada. Acho que a fala, neste momento – não quero me alongar –, é nesse sentido, apenas para reforçar que a Defensoria Pública é parceira de todos e parece aqui que todos estamos alinhados com o mesmo interesse, que é preservar a vida das pessoas que já se consolidaram, que já criaram laços naquele local. Muito obrigado.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Muito satisfatório lhe ouvir, Dr. Rafael. Nós não tínhamos dúvida quanto a essa parceria da Defensoria Pública, mas acho que a tua presença aqui, as tuas palavras endossam e nos dão mais segurança na comunidade, para seguir na luta que a comunidade se propôs que é resistir e que é buscar todos os mecanismos para garantir esse direito da permanência dessas famílias lá. Então obrigado, doutor. Acho que, se a gente puder, depois, com a comissão da comunidade, marcar uma audiência lá com o senhor, seria oportuno. Não sei também quando entra o período de recesso, mas se nós conseguirmos uma brecha na sua agenda antes de iniciar o período de

recesso – se depois a gente puder conversar com o senhor – acho que é importante. Muito obrigado.

Abrimos falas para os colegas vereadores, o Ver. Giovani Culau me deu liberdade aqui. O Márcio estava inscrito.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Bom dia, comunidade. Primeiramente, cumprimentar a mobilização de vocês, a presença de todos. Vejo aqui muitos amigos, né? O Cleber, o Cebola, o Paranaguá, o Beto, enfim, não vou citar todos. Vereadores das comissões, da CUTHAB e da CCJ, uma iniciativa conjunta importante, porque é um número muito expressivo de pessoas que está sendo atingido por essa decisão. Vereadores, a presença da Defensoria, da PGM – Procuradoria-Geral do Município – e do DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação –, cumprimento todos. Quero dizer que também estive reunido com o Byl lá com a comunidade, essa semana, com a preocupação a respeito desse movimento que diz respeito a retirar as famílias ali da Av. Guaíba. Então, acho que essa reunião é esclarecedora e importante, e a presença do Gomes aqui também é muito relevante, porque representa o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, e nós tivemos já algumas experiências no Conselho em que questões que envolvem gravames viários foram superadas, e eu acho que esse é um indicativo muito interessante no que diz respeito a uma alternativa legislativa de enfrentamento ao problema. Eu me lembro ali do X da rodoviária, por exemplo, nós tínhamos ali uma passagem de pedestre, e a gente transformou aquilo ali na saída dos táxis. Então a gente transformou uma passagem de pedestre, digamos assim, num leito viário, onde os automóveis hoje podem passar ali. No caso é o contrário, tem um gravame viário e em cima do gravame estão as residências, se nós tirarmos o gravame, digamos assim, emprestamos subsídio jurídico para que a PGM, a Procuradoria, enfim, a própria Defensoria e o DEMHAB tenham argumentos para dizer: “não, agora aquilo ali não é mais uma rua”. Aí passa a ter um outro interesse, porque uma coisa é as casas estarem em cima da rua, e a rua pressupõe um interesse público, mas se nós estreitarmos a rua e for da compreensão da lei da cidade, que é a espinha

dorsal do desenvolvimento urbano, que é o Plano Diretor, de que aquela via ali não tem tanto trânsito assim para precisar ser tão ampliada como está previsto ali ou sequer ser ampliada, nós passamos a ter um elemento de argumentação relevante, Byl, importante para esse debate, para essa discussão. Então acho que esse é um ponto esclarecedor e emblemático de encaminhamento desta reunião, desta comissão conjunta CCJ com CUTHAB, porque eu sei que o Byl já fez um outro movimento, eu já assinei também com ele ali que seria um gravame ali na área de tombamento da Vila dos Pescadores, como foi feito aqui, não vamos buscar o histórico lá de 1941, mas a gente sabe que pessoas foram removidas lá das Ilhas, da enchente e foram ali acolhidas e estão ali desde então, seus descendentes, não aqueles que inicialmente vieram, mas filhos, netos, enfim. Então existe uma preocupação da cidade, aquilo ali já é uma situação consolidada, e eu acho que reafirmar aqui o compromisso da Câmara perante a Defensoria e o Executivo, de que tudo que estiver ao alcance da Câmara, nós estaremos fazendo para que a comunidade integralmente se mantenha ali. Eu acho que esse deve ser o compromisso, e eu vejo que é esse o sentimento tanto do Executivo, inclusive, e da Câmara, de nós construirmos uma alternativa legal, porque o que parece aqui é o Ministério Público que está fazendo o tensionamento, não é nem intenção do Município que esse movimento se concretize. Então aquilo que estiver ao alcance da Câmara, encostar o Legislativo como um parceiro da comunidade e reafirmar aqui o nosso compromisso, enquanto vereadores, de que estaremos batalhando pelas alternativas legais que se apresentam para o enfrentamento dessa situação. E me parece que já temos um bom indicativo, que é desfazermos o gravame viário e diminuirmos o leito da rua, e isso é feito de maneira tranquila, dentro do princípio de entendimento da ocupação do espaço urbano da cidade, e lá no Plano Diretor eu tenho certeza que nós não vamos ter também problema nenhum assim nesse indicativo, até porque ali a rua hoje tem uma caixa tranquila, vão e vêm os automóveis ali, não tem trânsito, não fica engarrafado, não é uma grande via arterial, tem até uma calçada que não é muito, digamos assim, ela é um pouco estreita, mas tem até uma calçada, enfim, tem outras situações de

ocupação de espaços urbanos até mais exprimidos em termos de calçada. Então a minha contribuição é nesse sentido, de ver com muito bons olhos a manifestação tanto do Executivo como da Defensoria, este movimento aqui liderado pelas comissões, o entendimento do Plano Diretor e o nosso compromisso reafirmado aqui, como o Cassiá falou aqui, vamos a quatro mãos, a seis mãos, a oito mãos fazer um encaminhamento de realinhamento da adequação viária para o que é a realidade de hoje. E aí então as casas passam a não estar mais em cima do leito viário, e aí a discussão já passa a ser outra. Então esse é o meu encaminhamento, obrigado pela atenção, reafirmando o compromisso com a comunidade. Muito obrigado.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Muito obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Então, gente, bom dia. Sou a Ver.^a Karen, eu estou compondo esta comissão desde que me tornei vereadora aqui na Casa, em 2018, então consegui já acompanhar alguns processos parecidos como esse, em que já havia decisão judicial pela reintegração. A história de vocês me lembrou a Vila Mato Sampaio, na Bom Jesus, que também já havia uma ação do Ministério Público, a decisão pela reintegração de posse pela Prefeitura era em torno de 50 famílias que iam ser impactadas, e a gente conseguiu, em regime de urgência, tramitar um projeto aqui na Casa que gravou a área enquanto Área de Interesse Especial. Eu te encaminhei, Presidente Culau, a matéria da reunião da comissão, a gente fez a comissão em julho de 2019 e em setembro de 2019; e em julho de 2020 a gente teve esse projeto aprovado. Então foi em tempo recorde, é um projeto que pressupõe ter uma audiência pública, mas com o acordo de diversas bancadas, eu me lembro do MDB, do PSD, do PT, nós, do PSOL, a gente construiu esse projeto e conseguimos aprovar na sequência reunião com a Prefeitura. E eu acredito que as questões que foram trazidas pelo procurador Marisco em relação às áreas de risco têm como ajustar no plano urbanístico para que as pessoas permaneçam

dentro do seu território e com moradias dignas, porque é isso que a gente quer, não reassentamento ou a regularização em áreas que colocam em risco a vida das pessoas. Então, nesse sentido, com construção, com debate, a comunidade permanecendo mobilizada, fiscalizando e empurrando o poder público, porque muitas vezes a máquina pública precisa ser empurrada pelos sujeitos de direito, eu acredito que a gente consiga, Byl, encaminhar esse projeto e votar na Câmara assim que a gente reabrir os nossos trabalhos aqui. Então, contem comigo, contem com o nosso mandato, vamos seguir nessa batalha.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Muito obrigado, Ver.^a Karen Santos. Vereador José Freitas.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Bom dia a todos, colegas vereadores, secretários e a comunidade aqui presente. Tem um ditado que diz: antes tarde do que nunca. Eu estou há 20 anos nesta Casa e é a primeira vez que eu vejo essa discussão assim. Por quê? Esta união que está tendo hoje e, com certeza, por causa dessa união, nós teremos vitória. O que eu acho, acho não, tenho certeza, é que o papel aqui de todos vai ser sensibilizar o Judiciário e o Ministério Público e reverter essa sentença que já está posta. E interessante que essa sentença ocorreu há tantos anos. Então, eu tenho a preocupação se realmente consegue reverter, Ver.^a Karen. E outra pergunta que eu faço aos colegas vereadores é, como já tem uma sentença do espaço, nós conseguimos, mesmo assim, tramitar com o projeto? Essa é uma dúvida que eu tenho. Já tem uma sentença do espaço, e nós podemos tramitar com o projeto? E até a Prefeitura pode...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: ...necessidade de fazer o reassentamento, e utiliza como fundamento a via.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: Exato. Determina o reassentamento. Ela não julga nada sobre a via, determinando que ela continue.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Então, a comunidade tem a Câmara de Vereadores, a Assembleia e, o principal, a Prefeitura, que está ao lado de vocês. Tem tudo para dar certo, esta Casa está à disposição, nós nos colocamos também à disposição. Um forte abraço e parabéns pela luta.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): O Ver. Vitorino está com a palavra.

VEREADOR PROFESSOR VITORINO (MDB): Bom dia a todos. Ver. Giovane Byl, parabéns pela iniciativa, pode contar com a minha assinatura nesse projeto de tornar essa comunidade de patrimônio imaterial e cultural. Esse tombamento já aconteceu em outros processos e deu certo, é uma baita ideia. Parabéns, Ver. Cassiá, também pela ideia de alterar o plano de diretor. Eu vou conversar com a Ver.^a Karen, que é especialista nesse assunto, porque a gente tem um histórico no nosso País de exclusão social, de higienização da cidade, de tirar os pobres da Cidade Baixa e mandar para 23 quilômetros, lá na Restinga, por exemplo. E me entristece muito ver isso acontecer em 2024, partindo de um outro poder, que não Executivo, porque é muito claro o que está acontecendo. Eu vejo que o Sava Clube, o Veleiros, o Jangadeiros não estão sofrendo esse mesmo processo. Se estão, a gente desconhece. Por que a Vila dos Pescadores incomoda tanto? Quem sabe, por moradores mais abastados ali da região?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.) (Palmas.)

VEREADOR PROFESSOR VITORINO (MDB): Eu estive, no passado, numa visita com a Câmara de Vereadores, inclusive com uma comissão aqui da Câmara de Vereadores, nas servidões ali. A gente vê mansões construídas em

servidões. Será que eles também respondem a esse mesmo processo? Isso diz muito do que está acontecendo aqui. Eu quero parabenizar, doutores. Eu acho que tem muita luta jurídica pela frente, e eu acho que o Poder Legislativo e o Executivo podem subsidiar vocês muito nesse processo, fazendo essas adequações. Pena que isso não aconteceu um pouquinho antes, mas eu acho que ainda dá tempo de reverter. Pensar em remover a Vila dos Pescadores dali já é um atentado social à luta da sociedade. Aconteceu muito isso no passado, não dá para aceitar mais que, em 2024, esse tipo de coisa aconteça. Obrigado.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Boa ideia. Muito obrigado, Ver. Professor Vitorino. Ver. Cassiá Carpes.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Eu quero parabenizá-los pela iniciativa e pelo consenso entre os vereadores aqui de que essa área é importante. O Luiz Gomes é um conhecido, um lutador, vai estar junto conosco. Fico à disposição do Byl para nós fazermos esse projeto da comissão, no ano que vem, já dar andamento no primeiro mês, porque o Ministério Público precisa desse conhecimento de que há, sem dúvida, uma preocupação da comunidade e desta comissão, e o Legislativo tem as suas prerrogativas de fazer, colocar, tirar o gravame. Então, automaticamente, no ano que vem será a discussão do Plano Diretor, o Luiz Gomes sabe bem como se portar, tenho certeza que essa aproximação, Luiz Gomes, contigo vai dar aquilo que nós queremos e que a sociedade e a comunidade de lá querem. Tirar o gravame para preservar essa área, que é de vocês, e vai se discutir a outra área.

É nesse sentido que eu acho que a comissão encaminha, para que nós possamos, no ano que vem, no primeiro mês, já dar esse resguardo para vocês e essa tranquilidade maior. Um abraço a todos. Bom Natal, bom final de ano, que tudo corra bem.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Byl, vamos assumir o compromisso de correr e dar esse presente de Natal para a comunidade, esse

projeto de lei de redução da caixa de rua, do gravame viário. Até o Gomes pode nos ajudar. Vamos lá na secretária ver a caixa de rua, já bota do jeito que está e vamos protocolar esse projeto de lei este ano ainda. (Palmas.)

Ficou o encaminhamento agora aqui, não é, Byl? CCJ, CUTHAB, fazer um negócio para já, para a comunidade poder passar o Natal e o ano novo tranquila.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não! É viável. Está claro que é viável. A rua está lá há 80 anos.

SR. LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES: Só um detalhe, uma contribuiçãozinha. Colocar urgentemente, no teu grupo, o setor da Prefeitura que faz o desenho urbano.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): A UDRI. Vamos lá. Vamos falar com o Germano, para ontem.

SR. LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES: Falar com o Germano para colocar à disposição imediatamente, para o pessoal lá para fazer...

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Saímos daqui hoje, vamos lá. Pegamos o Cleber, mais uns dois ou três e vamos para cima. Fazer dar certo com o aval da CUTHAB, Procuradoria, Defensoria, todo mundo a favor. Todos os vereadores, não é, Cassiá? Minha sugestão.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Olha aí, que beleza. Fazer o pessoal passar o Natal tranquilo! Vamos correr com isso aí.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Para concluir aqui as manifestações, acho muito oportuno, Márcio, no final dos encaminhamentos... A gente tem este e outros encaminhamentos também para fazer, mas o Marcelo Dias, que representa a deputada Bruna Rodrigues, vai fazer uso da palavra.

Pergunto também se mais alguém gostaria de falar? (Pausa.) Está bem, ok.

SR. MARCELO DIAS: Bom dia a todos; bom dia, comunidade. Sou da assessoria da deputada Bruna Rodrigues, a gente recebeu a comunidade na semana passada, algumas lideranças. Sobre o caso, quero aqui dar o meu agradecimento ao Giovane, aos vereadores Márcio, Karen; ao Rafael, nosso grande parceiro; também ao André Machado, que bom, mais quatro anos aí, vamos embora! A deputada disse que já tinha conversado com o secretário, mas a gente veio aqui na comissão, eu quero trazer alguns pontos que, para mim, são muito importantes de a gente colocar aqui. Primeiro, Ver.^a Karen, eu quero colocar que este caso aqui me trouxe muito, muito, assim, algumas coisas sobre o Quilombo Kédi, que era, mais ou menos, o Ministério Público, a Prefeitura, e o quilombo está lá ainda, e a gente está lutando ainda, cada um com o seu espaço, lutando lá. Então, eu quero trazer que é muito parecido este caso. E, olhando, assim, nos causa muita estranheza, já foi falado aqui, mas eu quero só colocar que, engraçado, a rua larga é só onde tem pobre. (Palmas.) Onde tem mansão, a rua não é larga. É estranho, não é? Mas tudo certo. Mas eu gostaria aqui também de falar, o Cassiá trouxe para fazer essa comissão, e eu sugiro que essa comissão, como o Márcio está falando, vamos começar a fazer! Que essa comissão visite o Ministério Público, que é o único que pode mudar o processo, é o único que pode mudar alguma coisa no processo, é o Ministério Público. Então, essa comissão tem que visitar, sentar e conversar com o Ministério Público sobre este caso. E também que a gente possa conversar aqui sobre essas questões, Márcio, de mudar lá o plano, na questão do Plano Diretor, ela é importante, só que a gente está discutindo juridicamente, primeiro. A gente tem que ter um tempo, tem um tempo para mudar. E também a gente pode ver a possibilidade de esta comunidade ser amparada pela Comissão de Conflitos

Fundiários; eu não sei se pode, Rafael. A ADPF 828, que, em 2023, o ministro Barroso falou que toda discussão coletiva tem que passar pela ADPF 828, e hoje isso não está sendo cumprido, a comunidade não foi ouvida ainda. Então, tem muitos quesitos que têm que ser discutidos na comissão. Eu acho que, referente a isso, pode ser também um ofício aqui da Casa para o TJ, para que isso seja cumprido, que lá vai se discutir também, a comunidade vai ter várias oportunidades. Dentro da comissão, existe também uma visita técnica prevista, durante a qual os magistrados vão visitar vocês, vão conversar com vocês, porque é muito fácil o Ministério Público olhar só para um papel, ele tem que olhar para o rosto das pessoas e responder o que eles estão fazendo. É só isso que eu queria falar. Muito obrigado. (Palmas.)

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Muito obrigado, Marcelo. O Cleber está com a palavra.

SR. CLEBER PEIREIRA LOPES: Pessoal, todos já me conhecem. Vários aqui me viram pequeno, correndo na avenida, correndo na beira do Guaíba. Então, é muito complicado a gente entender uma situação que é grave, a gente, como comunidade. É muito complicado a gente passar por isso, pois temos muitas crianças, idosos. É muito complicado entender que, depois de 80, 90 anos, a gente vira um problema, uma especulação imobiliária para alguém ganhar dinheiro, ou não, também, que não se sabe, porque é muito fácil manter a gente na ignorância. É muito fácil não dar informação. É muito fácil não explicar a situação que a gente está passando. É muito fácil não explicar um artigo. É muito fácil não explicar um detalhe, vir aqui e dizer: "Foi condenado a isso e assim, assim, assim, te vira." É complicado, porque não tem pessoas para dar as mãos para nós, o que é difícil, porque quando a gente é ignorante é fácil de manipular, mas quando a gente se une é difícil de terem controle sobre nós, porque tu vens com uma ideia. Fabrício, quarta geração na comunidade, enquanto nenhum de nós era nascido, o avô dele já estava lá, pescando. E, aqui, estes idosos que estão aqui, todos nasceram na comunidade, enquanto acho que a maioria aqui

não era nem nascido. Então é difícil, é complicado chegar e dizer: “Olha, teve uma decisão assim...” Mas aí teve algumas pessoas de mais idade que perguntaram: “Tá, mas como assim? Eu nem sabia disso.” “Não sabia disso?” “Pois eu não sabia disso.” Pois é, mas agora, infelizmente, todos nós estamos sabendo que tem essa decisão de retirada da comunidade. Uma comunidade onde tem de tudo, vamos assim dizer. Tem o evangélico, tem o católico, tem o nosso pessoal que representa a religião afro e com muito orgulho ali, que também fazem parte da comunidade desde que nasceram. Então fica complicado saber que uma casa que tu demoraste 30 anos, 40 anos, 60 anos para construir, simplesmente vai virar calça. Vai virar calça. Por quê? O que acontece ali na comunidade? Desculpe, aos que estão aqui nos defendendo, os parlamentares que estão nos defendendo. Tem pouco voto ali? Ah, não! O que tem ali é voto, mas ali não tem dinheiro. Engraçado que sai a comunidade... Como disse o colega, ela larga ali na comunidade, aí chega lá no DAER, ela encolhe de novo. Vai sair o Sava late Clube? Vai sair o Corpo de Bombeiros? Vão sair as mansões que tem na beira da orla ali? Vão sair dali? Ipanema? Vão sair na Tristeza? Eles vão sair dali também? Onde inicia a casa do falecido Dr. Araújo ali na Av. Copacabana? Eles vão sair também? “Ah, não!” Porque blá-blá-blá, vieram me dizer que agora, depois, com o tempo, se tornaram proprietários. Como assim? Nós não? A nossa comunidade, a gente tem foto, ela está ali antes das mansões. O que é isso?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CLEBER PEIREIRA LOPES: Pois é! Pois é! Ah, claro! A gente sabe que isso é uma limpeza social. “Vamos tirar os pobres dali.” O Ministério Público sentenciou, eu não sou advogado, mas é muito fácil daí, não é? “É muito fácil, vai ali, tira eles, eles ficam quietos; se eles não quiserem, a gente vai com a Brigada ali... (Ininteligível.) ...caga eles a pau, quebra tudo e tira.” Só um pouquinho. Ninguém quer sair dali. Quem quer sair dali? Ninguém, né? Quem quer ficar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Todos. Todos.

SR. CLEBER PEIREIRA LOPES: Todos nós queremos ficar. Então, é isso que eu queria dizer, sabe? Eu teria muito mais coisas para falar, que eu entendo a indignação é de cada um, pois todos eu conheço desde que eu nasci. Então, o que acontece? Contamos com o apoio de vocês, parlamentares, sabemos que tem o apoio da parte legislativa também, e vamos para cima. Não vamos aceitar. A gente vai lutar até o final. Tá, pessoal? Isso aí. (Palmas.)

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Obrigado, Cleber.

SR. CLEBER PEIREIRA LOPES: Agora eu vou passar a fala para o Pai Thaisson, morador, colaborador, sempre esteve junto com a comunidade. A esposa dele é a dona Fernanda.

SR. PAI THAISSON D'OXALÁ: Olá, tudo bom? Bom dia a todos. Quero agradecer a vocês porque eu sempre fui criado em vila, fui criado na Vila do Sargento, na Serraria, e eu sempre tive uma cultura na minha vida de... Acho que quase todos, né? Chegava perto da época das eleições, aparecia um político aleatoriamente na vila, prometia um monte de coisa para a gente, e acabava a eleição e ia embora. O que está acontecendo aqui hoje é uma coisa totalmente diferente. São muitas pessoas envolvidas, pessoas influentes na política envolvidas também, em prol de ajudar a gente, ajudar a Vila dos Pescadores. Então é uma coisa muito bonita que está acontecendo. Eu consegui enxergar que não é só interesse político ou em voto ou qualquer outra coisa. É interesse em prol da Vila dos Pescadores também, porque pessoas que já foram embora, já se retiraram, tinham seus compromissos, já foram embora, vocês com sua atenção à gente, tá? Vou falar um pouco para os meus colegas, meus irmãos, meus amigos. Eu sou o Pai Thaisson, residente permanente, babalorixá do templo Ouro e Prata, que reside lá no número 92, na Avenida Guaíba, junto com

a Mãe Fernanda, eu moro lá até pouco tempo, moro lá há seis a sete anos, foi quando eu casei com a Mãe Fernanda. Mas ela é neta dos dois lados de pescadores, também mora há 35 anos lá, acredito que como quase todos que estão aqui também. E uma coisa muito bacana que é assim: eles querem tirar a gente de lá, acham que vão tirar a gente de lá, pensam que vão, que o Ministério Público vai tirar a gente de lá, no local onde residem famílias, com crianças, com idosos, com pessoas dependentes físicos, com pessoas até que não têm condições, ou pessoas com (Ininteligível.) de pegar um ônibus lá do Belém Novo ou do Lami, eu acredito que é onde eles querem colocar a gente, num conjunto habitacional, que não é demérito para ninguém. Pessoas honestas vivem em conjuntos habitacionais. Mas eu peço para vocês, pessoas que moram ali há 40, 50, 60 anos, vão ser realocados aonde? Lá na Restinga, lá no Lami, num prédio, pessoas com problemas de locomoção vão ser realocadas aonde? Aonde que eles querem realocar a gente? Nós não somos animais para ser realocados em outro lugar, para ser acomodados em outro lugar, somos seres humanos que residem. Eu, há pouco tempo, tenho a palavra de dizer, mas como a Mãe Fernanda, que mora lá há muitos anos, só desde que nasceu, mora no mesmo lugar, o Cléber mora no mesmo lugar, o Beto, antes de eu morar lá, eu já passava indo ao meu trabalho, trabalhava com construção civil, para pegar um lanche no bar do Beto, estou falando de muitos anos atrás, desde que eu era adolescente, é no mesmo lugar. Mãe Franciele, com a Andréia, conheço há quase 20 anos, a Andréia está com problemas de locomoção e não pôde estar aqui com a gente hoje, mas há mais de 20 anos eu as visitava no Beco lá, que eu chamo de Beco, maravilhosamente, um Beco onde ela se criou lá, saudável. Pessoas que se encontram todos os dias, uns com mais intimidade, outros não, e hoje eles querem simplesmente tirar a gente de lá e colocar não sei aonde, não sabe aonde. Nós, só do Templo Ouro e Prata, somos entre filhos e netos, quase 80 pessoas, fora o meu pai de santo, Mãe Taís De Xapanã, minha avó de santo, meu falecido avô de santo, Pai Cleon. Nós somos – só do Templo Ouro e Prata, com o meu pai de santo – mais de 80 pessoas. As minhas redes sociais e da Mãe Fernanda já estão passando de 100 mil pessoas, tanto a dela, do templo e

a minha. E uma coisa eu garanto para vocês: com a ajuda de vocês, ninguém vai tirar a gente de lá. Lá residem famílias, pessoas honestas, nós não somos bichos para eles passarem pelo Veleiros, tirar a gente, chegar até o SAV e seguir a mesma bosta, a mesma vida de tudo. Por que eles não vão? Eu sou criado na Serraria, na Ponta Grossa, eu me criei na volta do ônibus Ponta Grossa lá, com aquelas mansões na beira lá, que a gente não consegue chegar, acessar a orla, porque aquele monte de empresários morando nas mansões. Por que nunca ninguém foi lá, até o canto da Ponta Grossa? Queria vocês conhecessem lá, não é? Eu sei por que eles estão tentando tirar a entrada do La Salle, que é um beco de um metro para as pessoas acessarem a praia, para não incomodar a vista visual dos empresários que moram ao lado. Isto é uma discriminação total que fazem com a gente, em vários lugares de Porto Alegre e no Brasil inteiro: pegar uma minoria que mora num lugar, que, às vezes, não tem cultura para responder, não tem voz para falar, e querem simplesmente tirar a gente lá. O que vão botar lá agora? Vão alargar a faixa, por uma faixa de 200 metros, eu acho, um quilômetro, não dá isso, para, depois, ela voltar ao normal, ser uma faixa estreita de novo? Vão tirar o bombeiro de lá? Vão tirar a creche de lá? O que eles vão fazer? E vão deixar a gente aonde? Mas uma coisa é que nós estamos aqui hoje unidos. Muito obrigado a vocês por tudo mesmo o que está acontecendo. Até então, a gente estava um pouco mais afastado dessa causa, mas, daqui para frente, o Templo Ouro e Prata vai estar junto. Nós estamos cadastrando, somos cadastrados em todas as federações. Eu quero botar, junto à Prefeitura também, se vocês puderem ajudar a gente, o cadastro como Templo Beneficente, o Templo Ouro e Prata, porque eu acho que isso ajudaria também em ir contra o Ministério Público, porque a casa já é cadastrada em federações, na Afrobras, em tudo, mas se cadastrar como Centro Beneficente Umbandista, eu acho que seria mais difícil o Ministério Público tirar a gente de lá também, acredito eu, leigamente falando. Então, pessoal, muito obrigado a todos pela atenção de vocês, por terem se desprendido de casa ou dos seus trabalhos até hoje, está? Quer falar alguma coisa?

SRA. MÃE FERNANDA: Oi, gente, tudo bem? Eu sou ialorixá, cadastrada na Federação Brasileira, tanto eu quanto o Pai Thaisson, Mãe Franciele e o Pai Gabriel. Achei essa força importante estar aqui hoje, a pedido da dona Dilci. O templo vai ser inaugurado no dia 28, estão todos convidados, a nossa casa é aberta a todos, apesar de muito preconceito que a religião de matriz africana sofre, nós temos muita força. Nós, na nossa casa, no nosso templo, somos 80 famílias, o pai Thaisson se expressou errado, isso envolve mais de 170 pessoas diretamente ligadas ao templo, e pessoas muito influentes, inclusive, dentro da política. Eu não quis usar isso ainda, falei com a dona Dilci, expliquei a ela, como o pai Thaisson falou, nós somos da bacia do Pai Cleon, que é um babalorixá, um baluarte, que, infelizmente, faleceu na pandemia, e é uma força muito grande que vem por aí. E a gente gostaria de oferecer à comunidade também, eu já estou em contato com a Afrobras, já estou passando, porque nós legalizamos o templo agora, então estamos em contato, porque vai ficar inviável retirar um templo de matriz africana, vai ficar inviável, é inviável. Nós estamos entrando em contato com eles até para poder forçar isso. E não apenas a comunidade de matriz africana que está se alocando ali a partir deste mês, mas também a comunidade cristã que tem ali, temos uma igreja na Assunção que também tem que ser citada, temos uma associação, temos uma comunidade. Mas é isso, nós estamos juntos, eu já estou em contato com eles, eu acredito que isso vai ajudar também, porque existe uma intolerância religiosa gigantesca em prol, e eu acho que isso vem a somar na nossa causa, que é uma causa de pessoas que estão sendo retiradas. Eu, como o Thaisson falou agora, resido ali apenas há 36 anos, minha idade, o meu avô foi um dos pescadores beneficiados, infelizmente, ele veio a falecer quatro anos atrás, e o meu outro avô também. A escolha do templo foi exatamente pela minha história, eu poderia ter colocado o templo em qualquer lugar, mas quem me conhece sabe, aquilo ali faz parte da minha história, são 200 metros quadrados de templo religioso, não é uma pequena coisa, não é uma pequena, é enorme. Então, convido a todos, inclusive vocês, se quiserem participar desse momento, dia 28 será a inauguração, será transmitida ao vivo nas redes sociais, será transmitida ao vivo dentro da plataforma da Afrobras

também, que é uma matriz que nos acompanha. Gente, mas contem com a gente, eu sei que a gente ficou um pouco afastado, mas não foi porque a gente quis, foi porque a gente estava numa situação muito difícil, eu também perdi tudo, na enchente, perdi a minha casa, como todos nós aqui, foi uma fase muito difícil de se realocar. E, com certeza, a força que essa comunidade tem é inexplicável, porque sozinhos, com ajuda, claro, ajuda também, mas muito mais sozinhos a gente conseguiu reverter a situação, estamos morando nesse local ainda que foi atingido. Enquanto muitas pessoas estão no conforto do lar, a gente perdeu tudo. Tudo, eu digo, a minha casa, por exemplo, foi a mais atingida, a água foi até as janelas, o piso cedeu. Então, estamos aqui fortes e firmes continuando. Muito obrigada a todos, espero vocês no dia 28 lá.

SR. CLEBER PEREIRA LOPES: Obrigado, Mãe Fernanda, Pai Thaisson. Então, assim, desculpa continuar a fala, só para ter uma ideia do poder que a comunidade tem de se reconstruir. Não é uma enchentezinha que vai nos tirar de lá, a gente vai continuar lutando.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Obrigado, Cleber. Para nós irmos para os encaminhamentos finais aqui, pessoal, temos a manifestação aqui do vereador, presidente desta comissão, parceiro dessa causa, desde já quero te agradecer, Giovani, por abrir a agenda aqui da comissão, Karen, Cassiá, vocês são oriundos aqui, da comissão, abrirem a agenda, tantas pautas importantes, vocês abrirem a agenda para nós, então a gente fica muito grato. Obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Valeu mesmo, Byl. Eu vou buscar ser rápido, gente, mas preciso compartilhar com vocês, porque essa talvez seja, Cassiá e Karen, talvez não, certamente é a minha última manifestação como presidente da CUTHAB. E, sem dúvida alguma, este foi um ano de amadurecimento, de muita luta, de aprendizado sobre a cidade. E eu ouvi as últimas manifestações, Byl – quero me despedir do André, que está saindo – , quando o Ver. Giovane Byl me procurou, propondo que essa fosse uma pauta

da comissão, eu preciso dizer que nós acabamos de passar por uma campanha eleitoral, e em momento algum eu fui fazer campanha na Vila dos Pescadores, e eu digo isso porque essa não é uma base eleitoral minha. Mas, quando tu me procuraste, Byl, a nossa disposição de construir este momento é pelo compromisso que a gente carrega com comunidades como a comunidade da Vila dos Pescadores. E porque o que a gente está discutindo aqui reflete uma disputa de que tipo de cidade nós queremos e que nós vamos construir. O Marcelo disse bem aqui que as vias não ampliam sobre as casas das elites, não promovem remoção quando tem condomínio de luxo do lado. A mesma coisa a gente poderia dizer que a questão ambiental não é tratada da mesma forma quando algum tipo de prejuízo ambiental é cometido pelas elites. Lá na Floresta do Sabará vão derrubar a Mata Atlântica, mas quem vai morar é condomínio de luxo, daí pode. Isso foi trazido aqui nas manifestações iniciais e revela um preconceito social profundo quando a comunidade é tratada como nociva no processo judicial, tratada como um inconveniente urbano. Não é um problema restringir o acesso ao Guaíba quando quem restringe é a elite. E daí o Pai trouxe isso muito bem aqui, eu me criei na Ponta Grossa, e, na Ponta Grossa, o acesso à orla é limitado, mas o problema é que quem restringe o acesso... Ou, na verdade, não é um problema a restrição do acesso porque é uma restrição feita pela elite. E está lá, na rua Othero Ortiz, a servidão sendo fechada, e daí isso não é um problema. Por isso que eu reafirmo a importância desse debate, e que bom que temos unidade aqui, porque muitas vezes não temos. Mas aqui se revela algo que é central da disputa de que tipo de projeto de cidade queremos, de que cidade queremos. Eu estava lendo isso aqui, Márcio, que tu pegaste agora, aqui o custo da remoção é quatro vezes maior do que o custo da manutenção da comunidade. É evidente que eu também não quero que nenhum e nenhuma de vocês morem numa condição de insegurança, que vocês vivam em condições em que a elevação do Guaíba faça com que a casa de vocês seja tomada pelas águas, mas as soluções precisam ser outras. Existem soluções urbanísticas, de engenharia e de arquitetura, que permitam que se more ali com segurança. E eu acho que esse é o compromisso que a gente estabelece aqui,

enquanto CUTHAB e enquanto CCJ. Eu acho que os encaminhamentos estão bem colocados, Byl. Eu acho que tu tiveste a iniciativa desse projeto de lei, e nós vamos assinar também. Eu acho que, junto ao projeto de lei que tu apresentas, tem o tema de a gente coletivamente alterar o gravame, e daí vamos fazer esse encaminhamento com qualidade, para que ele seja adequado. Eu acho que o Marcelo trouxe um elemento importante do cumprimento da legislação, que a gente também precisa acatar enquanto um terceiro encaminhamento. Acho que a gente precisa atentar e recorrer a esse tema também. E, fundamentalmente, para encerrar, a reunião hoje foi positiva, garantiu a unidade, organiza a nossa luta e nos dá encaminhamentos dentro do Legislativo que nos ajudam na luta jurídica. Agora, a nossa mobilização precisa ser permanente. A gente vai poder comemorar mesmo só quando a batalha terminar. Então, é vigilância, é organização, é luta, com um compromisso profundo com a Vila dos Pescadores. Muito obrigado pela oportunidade de encerrar os trabalhos da CUTHAB na luta ao lado de vocês. Estamos juntos, gente. A gente se reencontra em 2025. (Palmas.)

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Pessoal, só um minutinho, só para deixar aqui bem pactuado, os encaminhamentos que nós teremos aqui, até para a comunidade voltar lá para a vila com uma resposta bem embasada, então, primeiro, o projeto para tornar Patrimônio Histórico de Porto Alegre. Esse projeto já foi protocolado, está no bloco 9734, e eu convido todos os vereadores da comissão a assiná-lo. O projeto aqui bem encaminhado pelo Ver. Cassiá, para a alteração do gravame viário, nós estamos finalizando... Isso aí. Estamos no final de elaboração, um projeto para transformar aquela área numa área de interesse especial, que a gente quer finalizar, ainda hoje quero ver se a gente finaliza. Quero dizer para a comunidade, para o doutor Rafael, que vocês não sabem a importância e o quanto a gente ganhou aqui como unidade. Lembrem-se de que, na nossa primeira reunião, nós elaboramos uma estratégia, vim para a Câmara de Vereadores, conseguimos, deu certo. O segundo passo era a proximidade com a Defensoria Pública, deu certo. O terceiro passo, unidade com os

vereadores, e a gente conseguiu. Mas nós temos ainda algumas coisas para fazer, porque nós queremos fazer, ainda antes do recesso, uma visita para o doutor Rafael e nós queremos uma visita ao promotor de justiça que está à frente desse caso, porque nós vamos levar para o promotor, e aqui os vereadores estão convidados também, os nossos encaminhamentos feitos aqui no Legislativo e junto com a Defensoria Pública. Pessoal, não vamos desistir. Não vamos desistir. Vamos à luta. Deus abençoe a todos, parabéns a todos. Estamos juntos. (Palmas.)

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Só quero justificar ao Márcio que nós não vamos conseguir passar o vídeo porque a gente está com problemas técnicos e a gente não consegue exibir. Então, faço um pedido de desculpas. Mas se puderem encaminhar para a comissão, para a gente circular entre os vereadores e vereadoras e, quem sabe, organizar uma exibição lá na comunidade, Byl. Estão encerrados os trabalhos desta reunião.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Pessoal, fiquem de pé aí, mas não saiam que a gente vai tirar uma foto e essa foto vai ficar para a história da comunidade como um grande passo da resistência pela permanência da Vila dos Pescadores. Fiquem aí, nós vamos aí junto com vocês.

(Encerra-se a reunião às 11h54min.)